

São Boaventura

Recondução das Ciências à Teologia

Tradução e posfácio de Mário Santiago de Carvalho

MEL XVI

cf. Th. e. ab. ...
 N. S. C. ...
 ...
 ...
 5 (1990) 208-90
 cf. 210-11

1.

«Toda a dádiva excelente e todo o dom perfeito vem do alto, descendo do Pai das luzes», diz Tiago no primeiro capítulo da sua Epístola⁽¹⁾. Nesta frase alude-se à origem de toda a iluminação e, ao mesmo tempo, ela insinua a liberalidade da emanação em múltiplas luzes a partir da luz fontal. Ainda que toda a iluminação do conhecimento seja interior, podemos, todavia, através da razão, fazer uma distinção e dizer que há um lume exterior, o lume da arte mecânica; um lume inferior, o lume do conhecimento sensitivo; um lume interior, o lume do conhecimento filosófico; um lume superior, o lume da graça e da Sagrada Escritura. O primeiro lume ilumina em ordem às figuras artificiais, o segundo em ordem às formas naturais, o terceiro em ordem à verdade intelectual, o quarto e último em ordem à verdade que salva.

2.

Ora, o primeiro lume, que ilumina com respeito às figuras artificiais, que são como que exteriores e foram inventadas para suprir as carências do corpo, chama-se o lume da *arte mecânica*. Uma vez que ele é como que servil e degenera do conhecimento filosófico, pode ser considerado correctamente como exterior. Esse lume septuplica-se segundo as sete artes mecânicas, de que Hugo fala no *Didascálico*⁽²⁾, a saber: lanifício,

(1) Tiago, *Epístola*, 1, 17.

(2) Hugo de São Victor, *Eruditione Didascalica*, II, c. 21.

armadura, agricultura, caça, navegação, medicina e teatro. É aceitável a suficiência de tal divisão, visto que toda a arte mecânica ou existe para consolação ou para comodidade; ou existe para banir a tristeza ou a indigência; ou existe para o proveito ou para deleitar, conforme o verso de Horácio⁽³⁾: «Os poetas ou têm em vista o proveito ou deleitar»; e aqueloutro: «É do agrado de todos aquele que junta o útil ao agradável». Se é para consolação ou para deleitação, temos o teatro, que é a arte das distrações, contendo toda a espécie de distrações, quer nos cânticos, quer nos instrumentos musicais, quer nas representações, quer nos gestos ritmados do corpo. Mas se é para a comodidade e proveito do homem no seu aspecto exterior⁽⁴⁾, isto pode referir-se quer ao *vestuário*, quer ao *alimento*, quer a *ambos estes auxílios*. Se se refere ao vestuário, ele ou é feito de matéria macia e suave, e temos o *lanificio*; ou de matéria dura e forte, e temos a arte da *armadura* ou arte fabril, a qual compreende toda a armadura fabricada seja de ferro ou de qualquer outro metal, seja de pedra ou de madeira⁽⁵⁾.

Mas já se a arte mecânica se aplicar à comida, isto pode dar-se de duas maneiras, atendendo a que nos alimentamos de vegetais e de animais. A arte relativa aos vegetais é a *agricultura*; a relativa aos animais é a *caça*. Ou, de outra forma: se a arte se aplicar à comida, isto pode dar-se de duas maneiras: ou contribui para a produção e multiplicação dos géneros alimentícios, e temos a agricultura; ou para a sua variada preparação, e temos a caça, a qual abrange todas as formas de preparar os géneros alimentícios, as bebidas e os sabores, o que é atribuição dos padeiros, dos cozinheiros e dos estalajadeiros. Contudo, esta arte mecânica recebe só a denominação de uma das suas partes devido a uma certa excelência e preeminência⁽⁶⁾.

Já se a arte mecânica for de auxílio para ambos, isto pode dar-se de duas maneiras: ou suprindo o que está em falta, o que a *navegação* faz, pois ela abrange todas as compras e vendas, quer do que diz respeito ao vestuário quer ao alimento; ou removendo impedimentos e males, o que a

medicina faz, quer consista na confecção de xaropes, poções ou unguentos, quer na cura das feridas ou na amputação dos membros, que é tarefa da cirurgia. Já a arte teatral é única⁽⁷⁾. E assim se evidencia a suficiência desta divisão.

3.

O segundo lume, que nos ilumina na apreensão das formas naturais, é o lume do conhecimento sensitivo, que correctamente é designado inferior, porque o conhecimento sensitivo principia pela parte inferior e se realiza com a ajuda da luz corporal. Ele quintuplica-se segundo os cinco sentidos, cuja suficiência Agostinho, baseado na natureza do lume dos elementos, estabelece, no terceiro Livro de *Sobre o Génesis*⁽⁸⁾, da seguinte maneira: o lume ou a luz que permite a distinção das coisas corporais, ou se encontra na eminência da sua propriedade e em certa pureza, e assim é objecto do sentido da *vista*; ou se mistura com o ar, e assim o é do *ouvido*; ou com o vapor, e assim o é do *olfacto*; ou com a água, e assim o é do *gosto*; ou com a espessura da terra, e assim o é do *tacto*. O espírito sensitivo também possui a natureza do lume, e por isso reside nos nervos, cuja natureza é clara e transmissiva; e nestes cinco sentidos o lume multiplica-se segundo a sua maior ou menor depuração. De maneira que, sendo cinco os corpos simples do mundo, isto é, os quatro elementos e a quinta essência⁽⁹⁾, para que o homem pudesse perceber todas as formas corpóreas foi dotado de cinco sentidos correspondentes àqueles; posto que de modo nenhum se verifica a apreensão senão em virtude de alguma similitude e conveniência do órgão com o objecto, pelo motivo de que cada sentido tem uma natureza determinada. Há ainda uma outra maneira de estabelecer a suficiência dos sentidos⁽¹⁰⁾, mas esta é a que Agostinho aprova, e parece razoável, porque para essa suficiência concorrem o órgão, o meio e o objecto em correspondência mútua.

(3) Horácio, *Epistula ad Pisones* ou *De Arte Poetica*, 333 e 343, respectivamente.

(4) No texto latino «*exteriorem hominem*», no que tem um sabor agostiniano; entenda-se: «o corpo do homem».

(5) Cf. Hugo de São Victor, *Erudit. Didascal.*, II, c. 23, onde se fala das duas espécies da armadura, a arquitectónica (a do pedreiro e a do carpinteiro) e a fabril (a do ferreiro e a do metalúrgico).

(6) Hugo de São Victor, *Erudit. Didascal.*, II, c. 26: «É da competência deste ramo do saber a confecção de todos os géneros alimentícios, sabores e bebidas. Contudo, ela recebe o nome de uma sua parte, pois desde a Antiguidade que se costumava comer mais produtos da caça.»

(7) Entenda-se: única no género da consolação, posto que o género da comodidade compreende mais artes (as outras seis).

(8) Cf. Agostinho, *Genesi ad Litt.*, III, c. 4 e 5, n.º 6 e 7; *ibid.*, VII, c. 15, n.º 21 e XII, c. 16, n.º 32; cf. também Boaventura, *Breviloq.*, II, c. 9, n.º 5 e João de Rochela, *Summa de Anima*, p. 2.a, c. 19.

(9) Trata-se do elemento dos corpos do firmamento, que eram de matéria incorruptível. Cf. Boaventura, *Breviloq.*, II, c. 3 e ss.

(10) Sobre outras maneiras (v. gr. da parte do objecto, do meio ou do modo de sentir, da aproximação sensível ou da distância), cf. Alexandre de Hales, *Summa Theologiae*, II, q. 66, m. 3; João de Rochela, *Su. de an.*, II, c. 19.

4.

O terceiro lume, que ilumina na perscrutação das verdades inteligíveis, é o lume do conhecimento filosófico, que se chama interior porque inquiri as causas interiores e latentes, e fá-lo por meio dos princípios dos vários ramos do saber e da verdade natural, que estão impressos de maneira natural no homem⁽¹¹⁾. Este lume triplica-se em *racional, natural e moral*⁽¹²⁾. E pode aceitar-se a suficiência desta divisão, porquanto há verdade das palavras, verdade das coisas e verdade dos costumes. A filosofia racional considera a verdade das palavras, a filosofia natural a verdade das coisas e a filosofia moral a verdade dos costumes. Ou, de outra maneira: assim como no Deus supremo deve considerar-se a razão de causa eficiente, de causa formal ou exemplar, e de causa final, por isso que «é causa de existir, razão de inteccionar e regra de viver»⁽¹³⁾, assim também na iluminação da filosofia, atendendo a que ela ilumina ou para conhecer as causas do ser, e tal é a *física*; ou as razões do inteccionar, e tal é a *lógica*; ou a regra de viver, e tal é a *moral* ou filosofia prática. Um terceiro modo é este: dado que o lume do conhecimento filosófico ilumina a mesma faculdade intelectiva, isso pode ser de três maneiras. Ou enquanto rege a faculdade motiva, e assim é *moral*; ou enquanto se rege a si própria, e assim é *natural*; ou enquanto rege a faculdade interpretativa, e assim é *arte das palavras*⁽¹⁴⁾. Destarte o homem é iluminado para a verdade da vida, para a verdade da ciência e para a verdade da doutrina⁽¹⁵⁾.

E porque é de uma tríplice maneira que quem quer que seja pode exprimir por meio da palavra o que tem dentro de si — a saber: para tornar conhecido o que a sua mente concebeu, para que leve a crer ainda mais ou para que leve a amar ainda mais ou a odiar — por isso a arte das palavras ou filosofia racional divide-se em três: *gramática, lógica e retórica*, das quais a primeira serve para exprimir, a segunda para instruir, a terceira para persuadir. A primeira diz respeito à razão enquanto

(11) Cf. Boaventura, *Itinerário da Mente para Deus*, c. 3, n.º 2; *Id.*, *Coll. Don. Spir.*, 4, 6; Agostinho, *De Civ. Dei*, c. 4.

(12) Para outro desenvolvimento do esquema da filosofia aqui presente, vd. Boaventura, *Itin.*, 3, 6, e o nosso *Postfácio*.

(13) Cf. Boaventura, *Itin.*, 3, 7; princípio que St.º Agostinho atribuiu a Platão (cf. *De Civ. Dei*, VIII, c. 4).

(14) No texto latino, «*sermocinales*»; empregamos «arte» na acepção corrente no tempo e no texto, como em «arte liberal», *i. e.*, ciência ou doutrina. Mais adiante, neste mesmo parágrafo, vê-se que ela se divide no estudo da gramática, da lógica e da retórica. Como vimos fazendo desde o início do parágrafo, também traduzimos sempre, salvo expressa indicação em contrário, «*sermo*» por «palavra».

(15) Cf. Agostinho, *De Civ. Dei*, XI, c. 25.

faculdade da apreensão, a segunda como faculdade judicativa, a terceira como faculdade motiva. E, porque a razão apreende por meio da congruência da palavra, julga por meio da sua verdade e move por meio da sua elegância, segue-se que esta tríplice ciência considera estas três propriedades acerca das palavras⁽¹⁶⁾.

Além disso, o nosso intelecto, ao julgar, é dirigido pelas razões formais, as quais podem ser consideradas sob três aspectos: em relação à matéria, e assim chamam-se *razões formais*; em relação à alma, e chamam-se *razões intelectuais*; em relação à sabedoria divina, e chamam-se *razões ideais*. Daqui dividir-se a filosofia natural em três, em *física propriamente dita*, em *matemática* e em *metafísica*⁽¹⁷⁾; de tal sorte que a *física* tem como objecto a geração e a corrupção das coisas segundo as suas virtudes naturais e razões seminais; a *matemática*, as formas abstractas segundo as razões inteligíveis; a *metafísica*, o conhecimento de todos os entes, que reconduz a um primeiro princípio, do qual provieram segundo as razões ideais, ou a Deus enquanto princípio, fim e exemplar deles, se bem que haja alguma controvérsia, entre os metafísicos, acerca destas razões ideais⁽¹⁸⁾.

Por último, dado que o regime da faculdade motiva pode encarar-se sob tríplice aspecto, a saber, a respeito da vida individual, a respeito da família e da multidão sujeitada⁽¹⁹⁾, a filosofia moral divide-se em três, em *monástica, económica e política*, as quais se distinguem segundo o tríplice modo já referido, como ressalta das suas próprias denominações⁽²⁰⁾.

5.

O quarto lume, que ilumina relativamente à verdade que salva, é o lume da Sagrada Escritura, que por isso se chama superior, ao conduzir para aquilo que é superior, manifestando o que supera a razão, e também porque descende «do Pai das luzes»⁽²¹⁾, não por investigação, mas por inspiração. Ainda que ele seja uno segundo a interpretação literal, é todavia

(16) No texto latino «*passiones circa sermonum*». (Este sublinhado é nosso.)

(17) Cf. Aristóteles, *Metafísica*, V, 1 e X, 7; Boécio, *Dialog. I In Porphy.*, no início; *Id.*, *I Comm. In Porphy.*, no início.

(18) Cf. Aristóteles, *Metafísica*, II, c. 6 e 9, que refere e refuta a tese de Platão sobre as ideias, dotadas de uma existência própria; e Agostinho, *83 Quaest.*, qu. 46, onde diz que Platão achava que as ideias existiam em Deus. Vd. Boaventura, *II Sent.*, d. 1, p. 1.a, a. 1, q. 1 a 3 e 4, e a dúvida 2 (II, 17).

(19) No texto latino, «*multitudo subiecta*».

(20) Cf. Hugo de São Victor, *Erudit. Didasc.*, II, c. 20, e Isidoro de Sevilha, *Etimolog.*, c. 24, no fim.

(21) Tiago, *Ep.*, 1, 17.

tríplice segundo o sentido místico e espiritual. Porquanto, em todos os livros da Sagrada Escritura, além do sentido literal, que as palavras exprimem exteriormente, é possível conceber um tríplice sentido espiritual, a saber: o *alegórico*, pelo qual se ensina o que se deve crer a respeito da Divindade e da humanidade; o *moral*, pelo qual se ensina como se deve viver; e o *anagógico*, pelo qual se ensina de que maneira se deve aderir a Deus⁽²²⁾. Daqui se infere que toda a Sagrada Escritura ensina estas três coisas: a geração eterna de Cristo e a sua encarnação, a regra de viver, e a união de Deus e da alma. A primeira diz respeito à *fé*, a segunda aos *costumes*, a terceira ao *fim de ambas*. Sobre a primeira deve trabalhar afinadamente o estudo dos doutores, sobre a segunda o estudo dos pregadores, sobre a terceira o estudo dos contemplativos. Agostinho ensina principalmente a primeira, Gregório ensina principalmente a segunda, mas a terceira é Dionísio que ensina — Anselmo segue Agostinho, Bernardo segue Gregório, Ricardo segue Dionísio, porque Anselmo distingue-se no raciocínio, Bernardo na pregação, e Ricardo na contemplação. Mas Hugo congloba todas elas.

6.

Do que fica dito se conclui que, embora pela primeira divisão seja quádruplo o lume que descende do alto, são todavia seis as suas diferenças, a saber: o lume da *Sagrada Escritura*, o lume do *conhecimento sensitivo*, o lume da *arte mecânica*, o lume da *filosofia racional*, o lume da *filosofia natural* e o lume da *filosofia moral*. E, por isso, são seis as iluminações nesta vida, as quais têm ocaso, posto que toda «a ciência será abolida»⁽²³⁾; e suceder-lhes-á o descanso do sétimo dia, o qual não tem ocaso, ou seja, a iluminação da glória⁽²⁴⁾.

7.

Pelo que, ainda que muito adequadamente se possam reconduzir estas seis iluminações às seis formações ou iluminações pelas quais foi criado o mundo, de tal modo que o conhecimento da Sagrada Escritura corresponda à primeira formação, isto é, à formação da luz; e assim sucessivamente as outras na sua ordem. E tal como todas elas tinham origem em uma só luz, assim também todos estes conhecimentos se ordenam para o

(22) Cf. Boaventura, *Breviloq.*, prol. § 4.

(23) Paulo, *1 Ep. Cor.*, 13, 8.

(24) Cf. *Gn.*, 2, 2.

conhecimento da Sagrada Escritura, nela se encerram e nela se aperfeiçoam, e por meio dela se ordenam à iluminação eterna. Donde se segue que todo o nosso conhecimento deve terminar no conhecimento da Sagrada Escritura, e principalmente quanto ao entendimento da anagogia, pelo qual a iluminação se orienta para Deus, onde teve o começo. E assim se fecha aí o círculo, se completa o número seis e, conseqüentemente, a estabilidade.

8.

Vejamos, pois, de que maneira se hão-de reconduzir as demais iluminações cognitivas ao lume da Sagrada Escritura. E primeiramente vejamo-lo na iluminação do conhecimento sensitivo, o qual diz totalmente respeito ao conhecimento das coisas sensíveis, devendo considerar-se nele três aspectos: o meio do conhecer, o exercício de conhecer, e o prazer de conhecer⁽²⁵⁾. Se consideramos o meio do conhecer, intuiremos aí o Verbo gerado eternamente e incarnado no tempo. Nenhum objecto sensível move a potência cognitiva senão por meio de uma similitude que procede do objecto, como a prole procede do pai; e isto é necessário para todos os sentidos, de um modo geral, real e exemplar. Contudo, aquela similitude não acaba no acto de sentir, a não ser que se una ao órgão e à faculdade; e, quando se une, produz-se uma nova percepção, e por esta percepção, mediante aquela similitude, dá-se a recondução ao objecto. E, ainda que nem sempre o objecto seja sentido, no que lhe diz respeito gera sempre a similitude consigo mesmo, quando está na sua plenitude. Por este modo hás-de, bem assim, entender que da suprema inteligência, que é cognoscível pelos sentidos interiores da nossa mente, emanou desde a eternidade a similitude, imagem e prole; e esta, depois, «quando chegou a plenitude dos tempos»⁽²⁶⁾, uniu-se a uma mente e a uma carne e assumiu a forma de um homem, o que nunca antes havia sido; e através dele todas as nossas mentes se reconduzem a Deus, ao receberem pela fé no coração aquela similitude do Pai.

9.

Mas, se considerarmos o exercício dos sentidos, intuiremos ali a regra de viver⁽²⁷⁾. Com efeito, cada um dos sentidos exerce-se no objecto que lhe

(25) *Vd.* Boaventura, *Itin.*, c. 2.

(26) Paulo, *Ep. Gal.*, 4, 4.

(27) Aqui, e em todo o texto, empregamos «regra de viver» para traduzir o latim «*ordo vivendi*».